



APFC

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FLORESTAIS DO CONCELHO DE CORUCHE E LÍMITROFES

# informação

16

VERÃO 2009



A APFC NA FICOR



CARTA DE APTIDÃO FLORESTAL



POP 2009



## A APTIDÃO FLORESTAL

Págs. 8 e 9

## SOBRANTES DE EXPLORAÇÃO

Pág. 7

- > Lymantria dispar
- > Cortiça certificada
- > Certificação florestal: conservar ou proteger
- > Defesa da floresta contra incêndios
- > Preços dos produtos florestais





## FICOR – SERÁ QUE A VISIBILIDADE TEM RETORNO?

### EDITORIAL

Realizou-se em Coruche no último fim-de-semana de Maio a FICOR – Feira Internacional da Cortiça, uma mostra organizada pela Câmara Municipal de Coruche na qual a APFC participou e colaborou.

Estamos sempre receptivos a promover os nossos produtos e a mostrar a realidade da nossa floresta, mas muitas vezes nos questionamos se existe na realidade retorno de todo o esforço e empenho posto nessas tarefas.

Parece que relativamente à FICOR podemos dizer que o retorno existiu e foi real. Foi efectivo nas conclusões, chegou ao mercado alvo e contribuiu para melhorar a *performance* e a fluidez das vendas no nosso mercado regional.

No Colóquio Internacional “*Cork Matters*” concluiu-se que a rolha de cortiça assegura economicamente a manutenção de um ecossistema com elevada diversidade biológica, sendo o montado de sobre considerado um

“hotspot” de biodiversidade a nível mundial. A rolha de cortiça é também a melhor alternativa em termos de consumo de energia não renovável, emissões de gases com efeito de estufa, contribuição para a acidificação atmosférica, contribuição para a eutrofização das águas superficiais e produção total de resíduos sólidos.

Em suma:

- A rolha de cortiça é em termos qualitativos o vedante adequado para todo o tipo de vinhos;
- De entre todos os vedantes disponíveis a rolha de cortiça é o único que garante vantagens ambientais à sociedade.

O público alvo aderiu e conseguiu-se notoriedade em termos jornalísticos, importantes grupos foram veículo das nossas posições, falou-se positivamente da cortiça, nacional e internacionalmente.

No Pólo Negocial da Cortiça deram-se a conhecer as cortiças que os nos-

sos Associados tinham este ano para comercializar e que foram objecto de amostragem de campo, despertou-se a curiosidade da indústria e concretizaram-se negócios.

- Num inquérito que amostrou um universo de 2.000.000 de arrobos, as cortiças vendidas no final de Junho eram em cerca de 60% provenientes de associados da APFC;
- Todas as cortiças provenientes de propriedades certificadas FSC estão neste momento vendidas.

A má nota vai apenas para o Ministro da Agricultura e para o seu Ministério.

Chegou para cortar a fita, assinou um protocolo de intenções, garantiu apoios imediatos, mandou a AFN fazer... como sempre!

Apareceu na TV, prometeu muito, mas pouco se concretizou.

A DIRECÇÃO

### \* ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL ZIF DA CHARNECA DA CALHA DO GROU

Cerca de um ano e meio depois da criação do núcleo fundador, a ZIF da Charneca da Calha do Grou foi criada em portaria a 29 de Janeiro de 2009, tendo-lhe sido atribuído o n.º 54.

No dia 4 de Junho de 2009 realizou-se a 1.ª Assembleia-Geral de aderentes da ZIF, que teve uma boa participação dos aderentes, e onde foi aprovado o Regulamento Interno e o Plano de Actividades para o ano 2009.

Neste dia foram também eleitos os corpos sociais da ZIF, compostos pela mesa da Assembleia-Geral e pelo Conselho Fiscal.

No dia 27 de Julho de 2009, a Assembleia-Geral reuniu novamente para aprovar o Plano Específico de Intervenção Florestal, documento que determina acções de natureza cultural, visando a prevenção e o combate a agentes bióticos e abióticos ou seja pragas e doenças e fogos florestais.

Até Setembro será submetida ao Fundo Florestal Permanente uma candidatura para o funcionamento desta ZIF, incluindo a elaboração do Plano de Gestão Florestal, que deve estar terminado até Janeiro de 2011.

### ZIF DAS RIBEIRAS DA LAMAROSA E MAGOS

Foi entregue na AFN no final do mês de Junho, o requerimento para constituição da ZIF das Ribeiras da Lamarosa e Magos. O requerimento, foi assinado por 49 proprietários e produtores florestais, que representam 52 % da área da ZIF. Aguarda-se agora a aprovação pela AFN e a formalização da sua constituição através da publicação em Diário da República.



## NOTÍCIAS BREVES



### PROJECTOS FLORESTAIS – NOVOS CONCURSOS PÚBLICOS

No passado dia 03 de Julho foi homologado o 2º Concurso para apresentação de pedidos de apoio no âmbito da Acção 1.3.1. – Melhoria Produtiva dos Povoamentos Florestais, que decorrerá entre 15 de Julho de 2009 e 15 de Outubro de 2009. Os projectos a apoiar neste concurso são para a Beneficiação de Povoamentos, em que as principais acções são:

- adensamento de clareiras;
- desramações e limpezas de árvores jovens;
- podas de formação;
- selecção de árvores de futuro (marcação de sobreiros jovens);
- correcção de densidades excessivas (povoamentos jovens instalados ao abrigo de programas anteriores);
- limpezas de matos;
- fertilizações ou instalação de culturas melhoradoras do solo;
- instalação de cercas ou redes e de protecções individuais de plantas;
- aquisição de equipamentos de corte;
- reconversão de povoamentos mal adaptados.

No mesmo dia também ficou aberto o 2º Concurso no âmbito da Acção 2.3.3 – Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos, destinado a acções de controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), reconversão de povoamentos de pinheiro bravo afectados pelo NMP, recuperação de montados de sobre e azinho em declínio, e controlo de espécies invasoras lenhosas não indígenas. As candidaturas a esta acção decorrem entre 15 de Julho e 15 de Outubro de 2009.

Informamos que para a realização destes projectos é necessário deter um Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado pela Autoridade Florestal Nacional antes da apresentação da candidatura, pelo que os Associados interessados em submeter candidaturas devem dirigir-se à Associação para dar início ao processo o mais brevemente possível.

### NESTA EDIÇÃO

03 | Projectos Florestais – Novos Concursos Públicos

03 | Últimas das Zonas de Intervenção Florestal

04 | Rendimento em miolo de pinhão

06 | *Lymantria dispar* em Coruche

07 | Sobrantes de exploração

08 | Aptidão florestal

10 | Conservar ou proteger?

11 | Apoio à extracção de cortiça

11 | Notícias do Grupo APFCertifica

12 | Defesa da Floresta contra Incêndios

14 | Resumo do 1.º concurso do PRODER

15 | Divulgação

16 | Preços dos produtos Florestais







# RENDIMENTO EM MIOLO DE PINHÃO

(*Pinus pinea* L.)

## ENQUADRAMENTO

O rendimento em miolo de pinhão de uma pinha, é uma das perguntas mais frequentes por parte dos proprietários e gestores florestais produtores de pinha. Não existem muitos valores de referência e são na sua maioria dados fornecidos pela indústria transformadora da fileira do pinhão.

Este conhecimento pode ser de grande importância para o produtor, permitindo avaliar anualmente, a produção de miolo de pinhão em função da produção anual de pinha. A variabilidade no preço do quilograma de pinha que se tem registado nas últimas campanhas, faz com que este tipo de dados se torne fundamental nos processos de tomada de decisão.

Nesta medida, o Projecto AGRO 200: Colheita mecânica de pinha (*Pinus pinea* L.) permitiu responder a algumas questões sobre esta matéria. Este projecto, reunindo como parceiros a Universidade de Évora, a Direcção Regional de Agricultura do Alentejo e a ANSUB - Associação de Produtores Florestais do Vale do Sado, teve como principal objectivo, avaliar o desempenho de um vibrador de tronco na colheita mecânica de pinha como alternativa à apanha manual. Como forma de rentabilizar os meios disponibilizados, fez-se também a avaliação do rendimento das pinhas em pinhão e em miolo de pinhão, tentando perceber qual o rendimento efectivo de pinha verde em miolo de pinhão.

## METODOLOGIA

Para a análise do desempenho do equipamento foram monitorizadas as operações de derrube de pinha ao longo dos três anos de duração do projecto AGRO 200, em quatro povoamentos. Cada parcela dos povoamentos era constituída por 120 árvores em produção de forma a poderem ser realizados 4 tratamentos diferentes. Desta forma as 120 árvores de cada parcela foram casualmente distribuídas por cada tratamento, em função da classe de diâmetro, sendo cada tratamento constituído por 30 árvores em produção.

Os quatro tratamentos definidos correspondem a três épocas diferentes de destaque mecanizado e a uma testemunha que corresponde ao destaque manual, realizado entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro; os tratamentos 2, 3 e 4 correspondem ao destaque mecanizado, realizado em diferentes épocas. O tratamento 2 foi efectuado entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro para poder ser comparado com o tratamento 1, o tratamento 3 foi efectuado entre 15 de Janeiro e 15 de Fevereiro e o tratamento 4 foi efectuado entre 15 de Fevereiro e 15 de Março.



Figura 1 – Destaque das pinhas com vibrador e recolha das pinhas, caídas durante o derrube, para avaliação do seu número e massa.

Os quatro locais distintos foram seleccionados de forma a serem representativos dos diferentes tipos de povoamentos existentes na principal região produtora de pinheiro manso (*Pinus pinea* L.). As parcelas 1, 2 e 3 foram demarcadas no concelho de Alcácer do Sal e a parcela 4 no concelho de Vendas Novas.

Quadro 1 > Caracterização povoamento

Parcelas	N (n.º arv/ha)	GC (%) (grau de coberto)
1	114	61,82
2	217	79,73
3	103	63,91
4	79	39,21

Em todos os tratamentos após o derrube das pinhas foi retirada, aleatoriamente, uma amostra de 3 pinhas de cada árvore. Em laboratório, após a determinação do seu peso verde, cada pinha foi colocada numa caixa individual (figura 2) e levada à estufa, a uma temperatura de  $35^{\circ} \pm 2^{\circ}\text{C}$ , até à sua abertura.



Figura 2 – Pinhas verdes para secagem em estufa

Depois de retiradas da estufa determinou-se o seu peso seco procedendo-se à separação dos pinhões (figura 3). Os pinhões retirados de cada pinha foram pesados de forma a determinar o rendimento das pinhas em pinhão.



Figura 3 – Separação dos pinhões da pinha

Para uma maior validade dos dados obtidos, os pinhões de cada pinha foram descascados manualmente e individualmente de forma a poder quantificar, quer o peso do miolo, quer o peso das cascas. Após o descasque o miolo de pinhão correspondente a cada pinha foi pesado e determinado o rendimento das pinhas em miolo de pinhão (figura 4).



Figura 4 – Pesagem do miolo de pinhão

## RESULTADOS

O rendimento em miolo de pinhão com base no peso da pinha verde, em resultado de 2 anos de ensaios onde foram recolhidas no total 2141 pinhas, das quais foram destacados 150 002 pinhões, descascados e pesados, pode ser visualizado nos seguintes gráficos. Foi avaliado o rendimento unitário de miolo de pinhão de cada pinha, por **Tratamento** e **Parcela**.

Gráfico 1 – Rendimento em miolo de pinhão por tratamento



Gráfico 2 – Rendimento em miolo de pinhão por Parcela



O estudo realizado indica um valor médio de rendimento de pinha verde/miolo de pinhão de 4,48%. Numa análise das médias obtidas por tratamento e por parcela chegamos a valores superiores no tratamento 2, correspondente à colheita mecânica no início da época (Dezembro) e a um valor de rendimento mais expressivo na Parcela 4, que corresponde ao povoamento com menor grau de coberto e onde a sobreposição de copas é menor.

Quadro 2 > Resultados por Parcela e Tratamento

Parcela	PV (g)	PP (g)	P miolo (%)	H (%)	R pinhão (%)	R miolo (%)	R pm (%)
1	238.42	44.32	10.24	29.93	18.56	4.30	23.13
2	238.97	43.91	9.73	30.24	18.26	4.07	22.35
3	299.61	55.56	12.70	28.76	18.53	4.24	22.88
4	302.71	72.33	15.86	29.11	24.24	5.31	21.93

Tratamento	PV (g)	PP (g)	P miolo (%)	H (%)	R pinhão (%)	R miolo (%)	R pm (%)
1	259.94	50.99	11.68	29.42	19.29	4.44	23.06
2	279.32	59.87	13.03	30.59	21.75	4.73	21.77
3	265.68	51.41	11.57	29.58	19.17	4.33	22.62
4	274.76	53.85	12.26	28.46	19.39	4.42	21.93

Média Total	269.93	54.03	12.13	29.51	19.90	4.48	22.57
-------------	--------	-------	-------	-------	-------	------	-------

PV - pinha verde; PP - peso pinhão com casca; Pmiolo – peso miolo pinhão; H - Humidade; R pinhão - PV/Pinhão; R miolo - PV/miolo; R pm - Pinhão/miolo

## CONCLUSÕES

Embora se possa admitir que os resultados deste estudo apresentem uma boa aderência à realidade dos povoamentos encontrados em Portugal, em função da quantidade de pinhas amostradas e do rigor na execução dos procedimentos, os mesmos não permitem uma extrapolação directa dos valores de rendimento obtidos para todos os povoamentos e todas as regiões do país. Serve ainda assim como um bom indicador do rendimento espectável de outros povoamentos bem adaptados.

O conhecimento do valor deste indicador poderá ser uma preciosa ajuda quer, para os produtores, quer para os empreiteiros florestais, quando pretendem estimar a produção dos povoamentos bem como o valor económico dos mesmos.



André Barriguinha  
Teresa Afonso  
Anacleto Pinheiro  
Universidade de Évora  
Projecto AGRO 200 – Colheita Mecânica de Pinha





# LYMANTRIA DISPAR



A *LYMANTRIA DISPAR* É UM INSECTO DESFOLHADOR RESPONSÁVEL POR ATAQUES EM VASTAS ÁREAS DE MONTADO DE SOBRO, SITUAÇÃO POUCO COMUM EM PORTUGAL. O PRESENTE ENSAIO TEVE POR OBJECTIVO AVALIAR A PRESENÇA DE PARASITÓIDES DA *LYMANTRIA DISPAR* RESPONSÁVEIS PELA AUSÊNCIA DE ATAQUES MASSIVOS DESTA PRAGA.

As posturas de *Lymantria dispar* obtidas a partir de borboletas adultas mantidas em laboratório foram colocadas aleatoriamente na casca de um sobreiro jovem com cerca de 3 m de altura, perto de Coruche. Os ovos permaneceram no terreno durante uma semana, após o que foram substituídos por novas posturas e levados para laboratório durante um total de 12 semanas consecutivas ao longo da Primavera de 2007. O sobreiro usado no ensaio foi completamente rodeado por uma malha metálica que não permitia a entrada de aves e de outros vertebrados, embora as dimensões da malha seleccionada permitisse a entrada de invertebrados de pequena e média dimensão.

Em laboratório, as posturas recolhidas foram individualmente analisadas para detectar actividades de parasitóides, predadores e/ou destruição dos ovos por agentes bióticos, após o que foram deixadas à temperatura ambiente durante vários meses para permitir o desenvolvimento e emergência de eventuais parasitóides.

A maioria das posturas (65%) recolhidas da árvore apresentavam-se completamente intactas e sem qualquer sinal da acção de predadores ou de outros agentes bióticos ou abióticos, tendo após cerca de um ano de desenvolvimento em laboratório originado larvas de *Lymantria dispar* aparentemente saudáveis.

No geral constatou-se uma ausência de parasitóides de ovos na região, já que nenhuma espécie foi detectada ao longo das várias semanas, enquanto que o impacto de predadores foi relativamente reduzido. Apenas uma espécie de insecto foi encontrada em 19% das posturas, sendo um Heteroptera não identificado. Embora os danos causados por este insecto nas posturas não possam ser considerados muito significativos, o facto de ter sido o único agente biótico detectado a afectar as posturas merece que seja futuramente identificado e avaliado em relação ao seu impacto e potencialidade como agente de controlo biológico de *Lymantria dispar* nesta e noutras regiões.

Adicionalmente, estudos futuros deverão confirmar se a baixa diversidade e reduzido impacto da acção de agentes bióticos no controlo de *Lymantria dispar* encontrados em Coruche em 2007 é característico apenas desta região ou um fenómeno comum a outras áreas do país com presença de *Lymantria dispar*.

Edmundo Sousa e Pedro Naves, Inst. Nac. dos Recursos Biológicos



# SOBRANTES DE EXPLORAÇÃO

Muitos associados contactam a APFC para tentar saber o que devem fazer com os sobranter de exploração florestal.

Durante muitos anos, os projectos de arborização de terras agrícolas, co-financiados pela comunidade europeia, obrigaram a densidades muito superiores às densidades recomendáveis para um povoamento adulto, e os proprietários florestais, que gastaram dinheiro e paciência para manter essas elevadíssimas densidades, vêm-se agora a braços com o problema de terem que reduzir a densidade, e não terem um destino para o material removido.

Isto acontece essencialmente para o caso dos pinheiros, uma vez que crescem mais depressa e a taxa de sucesso das plantações é relativamente elevada. Se para o caso do pinheiro bravo a existência de elevadas densidades é benéfica nos primeiros anos do povoamento, no caso das espécies em que o objectivo não é a produção de madeira, como o pinheiro manso e o sobreiro, tal facto não se verifica.

Também quando se realizam cortes sanitários, controlo de densidades excessivas, e desramações, se produz uma elevada quantidade de biomassa que na maior parte das vezes não tem um destino industrial.

Apresentamos aqui os destinos possíveis para o material lenhoso proveniente de desbastes e desramações e as vantagens e desvantagens de cada um deles.

Relembramos que no caso de material de resinosas, devido à presença

	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Cuidados a ter
Queimar	Amontoar os sobranter numa clareira e queimar.	É recomendável nas zonas com acessos complicados. Não exige a deslocação de tractores e alfaia, podendo sair mais barato que os outros.	A rechega do material lenhoso pode ser bastante trabalhosa.	Realizar fora do período crítico de incêndios, e nunca nos dias com risco de incêndio elevado ou superior.
Destroçar	Passar nas entrelinhas com um destroçador acoplado a um tractor.	Basta fazer a rechega dos sobranter para a entrelinha. Contribuição para a conservação e fertilidade do solo porque o material fica à superfície.	É necessário separar os troncos mais grossos. A maior parte dos destroçadores têm dificuldade em destruir troncos com diâmetros superiores a 10 cm.	Realizar fora do período crítico de incêndios, ou com máquinas equipadas com dispositivos de segurança (retentor de faúlhas e extintor).
Destroçar e incorporar no solo	Passar com destroçador ou Meri Crusher acoplado a um tractor.	O material fica incorporado no solo, o que contribui para a fertilidade do solo.	Pode-se criar uma camada impermeável, abaixo da zona mobilizada. Maior risco de erosão do solo.	
Estilhar	Amontoar os sobranter no local onde se alimenta a máquina que reduz os sobranter a estilha para o chão ou para um camião.	Pode haver algum retorno económico, ou apenas a troca do trabalho pela estilha. A área fica limpa e com menor probabilidade de ataque por pragas e protegida contra incêndios e contra a propagação do Nemátodo.	Dificuldade de arranjar quem faça o trabalho e pague a estilha. Impossível de realizar em locais de difícil acesso. Apenas possível para grandes quantidades de biomassa (mais de 100 ton). Não há retorno dos nutrientes para o solo porque a estilha é removida do local.	A selecção dos locais de concentração do material lenhoso e da estilha devem ter em conta o risco de incêndio e as acessibilidades. Devem ser alertados os meios de combate e prevenção a fogos florestais no período crítico para a existência destes locais de muito elevado risco de incêndio.

do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), a sua eliminação é obrigatória de acordo com a legislação vigente (Portaria n.º 103/2006 de 6 de Fevereiro – anexos IV e V) alterada pelas Portarias n.ºs 321/2007 553-B/2008 e 305-A/2008.

Os principais factores limitantes no aproveitamento da biomassa são os custos de rechega e transporte dos sobranter para as unidades industriais

de processamento de biomassa, ou para os parques de recepção. Em redor do concelho de Coruche os potenciais locais de entrega situam-se no Montijo e na Ponte de Sôr, mas geralmente os custos e as quantidades envolvidas não são suficientes para motivar a deslocação de máquinas de estilha, optando os proprietários pelo destroçamento no local ou pela queima. Para qualquer esclarecimento adicional, contacte a APFC. CAB



# APTIDÃO FLORESTAL



A AVALIAÇÃO DA APTIDÃO DE DETERMINADO LOCAL EM FUNÇÃO DE USOS POSSÍVEIS, É UMA TEMÁTICA QUE ABRANGE DIVERSAS ÁREAS GERALMENTE LIGADAS AO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

Baseados em inúmeros critérios e com diferentes objectivos, é possível obtermos cartas temáticas de distribuição de fenómenos naturais, como a ocorrência e probabilidade de cheias, sismos, incêndios, etc... É já de longa data conhecida a Carta de Capacidade de Uso (CNROA) publicada nos anos 70 e que espelha a capacidade produtiva para os cereais de sequeiro com base no tipo de solo.

Sabe-se porém que a sua aplicabilidade é feita, na prática, a outras situações, com os erros naturalmente inerentes a este tipo de generalizações. Serve assim, muitas vezes, esta informação para dar uma indicação da aptidão agrícola e florestal sempre que se pretende fazer uma avaliação antes de serem tomadas medidas de gestão efectivas.

No entanto, sendo a floresta um caso particular em termos de produção onde o investimento inicial tem repercussões para mais de uma geração, dado o seu retorno a médio e longo-prazo, exige-se uma melhor e maior precisão na informação que contribui para a tomada das decisões que irão ter uma influência mais duradoura, tanto em termos de retorno económico como na conservação e ordenamento do espaço.

Esta preocupação conduziu a que a APFC levasse a cabo uma tarefa que deu continuidade ao trabalho já anteriormente executado noutras áreas - a elaboração da Carta de Aptidão Florestal para o concelho de Coruche. Assim, e recorrendo à metodologia desenvolvida no âmbito dos PROF (Planos Regionais de Ordenamento Florestal) do Alentejo e utilizando a informação de base cartográfica, bem como o conhecimento disponível na APFC, já se encontra pronta a informação cartográfica que poderá proporcionar um excelente apoio à gestão florestal.

Trata-se de uma importante ferramenta que permitirá contribuir para a tomada de decisão na arborização, reconversão e beneficiação de povoamentos florestais. A informação produzida é válida à escala 1:25000, a mesma da cartografia base (carta de solos), e tem aplicabilidade para as principais espécies da região: Sobreiro, Eucalipto, Pinheiro bravo, Pinheiro manso e Azinheira, cujo potencial é distribuído por 3 classes, de acordo com o seu grau de adaptação edafo-climático indicado pelas condicionantes do solo ao uso florestal e pela carta ecológica.

## A CARTA DE APTIDÃO FLORESTAL

Agrega informação das unidades de solo cartografadas em função das suas condicionantes ao uso florestal, da Carta ecológica e da Orografia do terreno.

Na elaboração desta carta foram tidas em consideração as características das unidades-solo cartografadas (ver quadro) associadas às características físicas e químicas do perfil de solo,

tais como a profundidade, a textura, a estrutura, as características hídricas do perfil, a presença de sais e a natureza do material originário e hierarquizadas de acordo com a influência que exercem sobre o desenvolvimento das espécies florestais.

Criou-se assim um tema intermédio - carta interpretativa do solo para uso florestal - que irá servir de suporte à generalização que dará origem à Carta de Aptidão por espécie florestal em 3 classes onde à classe mais alta (Classe 1) correspondem as zonas onde as condições locais permitem a expressão do potencial máximo para cada espécie.

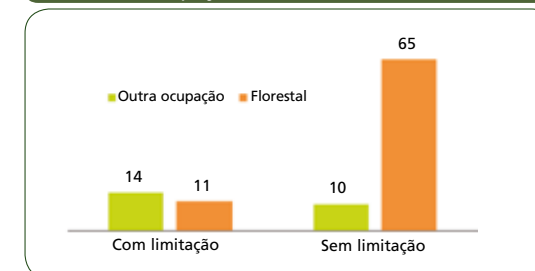
Característica-Diagnóstico	Condicionante ao Desenvolvimento
Sem limitações	Sem limitações
Profundidade expansível	Limitação de espessura efectiva, que pode ser aumentada por meios mecânicos
Calcário	Presença de calcário activo
Descontinuidade textural	Horizonte B argílico
Características vérticas	Abertura de fendas que dificultam ou limitam o desenv. das raízes de plantas multianuais
Salinidade	Excesso de sais no perfil do solo
Drenagem externa	Potencial acumulação de água à superfície do solo
Drenagem interna	Presença de toaças freáticas superficiais
Textura arenosa	Deficiente capacidade de armazenamento para água
Espessura efectiva	Limitação de espessura efectiva que não pode ser aumentada por meios mecânicos
Afloramento rochoso, área social, espelhos de água	Não produtivo

Fonte: FERREIRA, A.G., GONÇALVES, A.C., PINHEIRO, A.C., GOMES, C.P., ILHÉU, M., NEVES, N., RIBEIRO, N., SANTOS, P., 2001. Plano específico de ordenamento florestal para o Alentejo. Alfredo Gonçalves Ferreira e Ana Cristina Gonçalves (Eds.). Universidade de Évora.

A vantagem deste tipo de generalização é a criação de um tema interpretado que irá servir o objectivo específico de apoio à gestão florestal, uma vez que define as zonas onde cada espécie poderá expressar todo o seu potencial produtivo ou, pelo contrário, onde poderá encontrar limitações ao seu desenvolvimento. Se atendermos às características da produção florestal, facilmente compreendemos a importância e a mais-valia em conhecer bem as características locais sempre que se pretende intervir ao nível da ocupação dos espaços florestais.

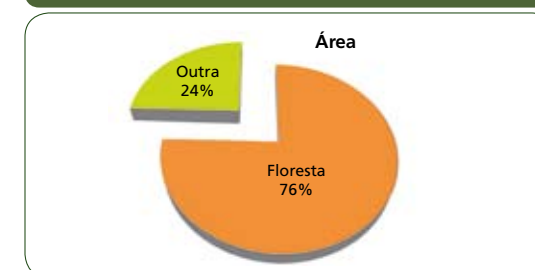
Um estudo ainda preliminar no sentido de validar a informação da carta de solos à escala local das explorações permite identificar algumas diferenças significativas entre a cartografia e o terreno, e concluir que existirá grande vantagem em melhorar esta informação de base de forma a possibilitar maior detalhe na delimitação de zonas com diferentes potenciais.

Gráfico 1 – Ocupação do solo do conc. de Coruche



(Fonte: Corine Land Cover, COS 1990)

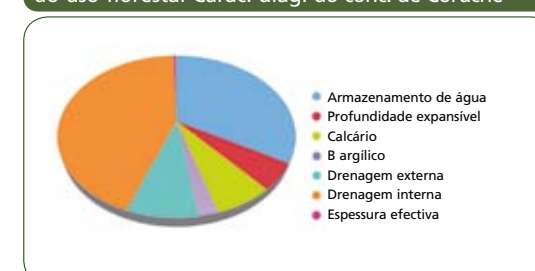
Gráfico 2 – Distri. percen. da ocup. actual em função das áreas com e sem limit. de solo do conc. de Coruche



(Fonte: Corine Land Cover, COS 1990)

A floresta encontra-se distribuída maioritariamente nas zonas onde o solo não apresenta limitação (65% da área). Não significa que os 11% correspondam a povoamentos mal adaptados, dependendo também da espécie presente e do tipo de limitação, que pode ser mais ou menos inibidora da expressão do seu potencial.

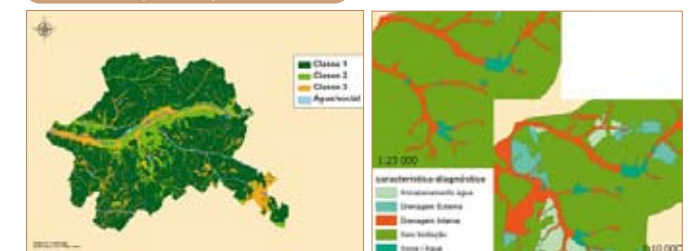
Gráfico 3 – Distr. da área ocup. por solos com limitação ao uso florestal-Carac.-diag. do conc. de Coruche



(Fonte: APFC 2009)

O gráfico 3 representa a distribuição das 7 características do solo presentes no concelho de Coruche (nos 25% da área que apresentam limitação ao uso florestal). O armazenamento de água e os problemas de drenagem interna são os principais factores que influenciam a expressão do potencial das espécies florestais e cuja distribuição espacial se pode observar no mapa seguinte.

Carta de aptidão para sobreiro



## FUTURO

Melhorar a informação existente para que esta espelhe cada vez mais a realidade e, consequentemente permita uma gestão cada vez mais precisa, concisa e cujos resultados práticos possam ser ainda mais visíveis.

Estudos realizados em área de montado, no sentido do aumento do detalhe na escala de trabalho (ver figura onde se ilustra o aumento do detalhe quando se diminui da escala 1:25000 para 1:10000) indicam uma melhoria significativa do conhecimento local, com vantagens efectivas para a gestão florestal ao nível da propriedade. Este nível de informação apenas é possível através da recolha de informação com maior detalhe do que a que foi utilizada para a elaboração da actual carta de solos e que envolve a validação de campo e a criação de algoritmos de generalização adaptados. TMA

## O QUE É UMA CARTA INTERPRETATIVA?

Uma carta interpretativa resulta da agregação de informação base com determinado objectivo. A partir duma mesma base é possível criar diferentes temas apenas pela sua agregação à luz de diferentes conceitos.







# CONSERVAR OU PROTEGER?



A aplicação de normas de certificação FSC internacionais conduziu ao estabelecimento nas explorações florestais de áreas onde o objectivo principal é a conservação, e no interior destas, a reserva de áreas protegidas, sendo que a diferença se concentra unicamente na possibilidade ou não de explorar comercialmente os recursos no interior das manchas delimitadas.

Em Portugal, e de acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), a Conservação implica a adequada gestão da Natureza, para se manter os seus valores naturais e se assegurar que eles são usados correctamente.



Quanto à Protecção, não existe uma definição disponível no ICNB, mas a definição existente para Área Protegida é de zonas bem delimitadas,

que são criadas e geridas de modo a que se mantenham os valores naturais e culturais que nelas existem.

Ambas as situações mencionam a "gestão" como o meio de assegurar a manutenção dos valores naturais, daí que conservar ou proteger não é sinónimo de "não mexer". De acordo com o *World Wildlife Fund MedPo* são distintos os conceitos de "Protecção" e "Conservação" identificando o primeiro com situações de não intervenção e de "preservação passiva" (visa sobretudo que os processos ecológicos prossigam sem interferência) e o segundo com situações de gestão dirigida a acções de conservação e portanto de "preservação activa" (visa manter ou melhorar valores de biodiversidade de

modo activo). Considera-se ainda que, no contexto da Bacia Mediterrânica, a gestão activa (conservação) para a manutenção e melhoria da biodiversidade, nomeadamente à escala da paisagem, pode ser mais eficaz que a preservação passiva (protecção).

O que pretendemos conservar? Ou seja quais os recursos existentes, que pelo seu valor ambiental deverão ser preservados nas explorações florestais. Depois de identificado o que pretendemos conservar, as questões seguintes são: **Como conservar?** e **Onde conservar?**

A resposta a estas questões passa pela análise dos factores de ameaça que existem para o recurso, quais as opções de gestão que promovem a sua presença e qual a dimensão da área onde estamos dispostos a condicionar, se necessário, as anteriores práticas de gestão.



Quanto ao conceito de protecção aliado à ausência de exploração comercial, entendemos a sua aplicabilidade na floresta Amazónia e outras áreas exclusivamente ocupadas por floresta natural, cuja existência se encontra ameaçada pela exploração comercial, ou seja em que esta é o factor de ameaça de que falámos anteriormente.

CSS

## NOTÍCIAS BREVES

### NOTÍCIAS DO GRUPO APFCERTIFICA

Na presente campanha da cortiça o Grupo APFCertifica aumentou para 13 os seus membros, ultrapassando já os 10000 ha de área certificada pelo Forest Stewardship Council (FSC) para a Gestão Florestal Responsável.

Apesar das características económico-financeiras desta campanha, todas as cortiças certificadas foram já vendidas, tendo os valores oscilado entre os 22,5€/@ e os 31,5€/@.

Na certificação FSC o que é relevante é a gestão praticada e não a qualidade da cortiça, pelo que todas as cortiças podem ser certificadas, desde que o montado de sobre seja gerido de acordo com os princípios e critérios do FSC.

No caso das cortiças comercializadas nesta campanha, estas caracterizavam-se por ter percentagens de cortiça rolhável que variavam entre 33% e 57%, e percentagens de cortiça de refugo entre 9% e 27%.



### LINHA DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO – APOIO À CAMPANHA DA CORTIÇA – AUXÍLIO DE MINIMIS

Após continuada pressão das Organizações de Produtores Florestais junto do Ministério da Agricultura, foi reactivada a 2 de Julho de 2009 a linha de Crédito de curto prazo, para o apoio à Extracção de Cortiça. O crédito máximo a contratar por entidade é fixado com base nas quantidades de cortiça constantes do "Manifesto de Produção Subericola", correspondente à última ou, na falta desta, à penúltima tiragem da mesma área de extracção, tendo em conta um montante máximo por arroba de cortiça de 4,35€.

Para efeitos de formalização das operações de crédito, é necessário que as Instituições de Crédito enviem para o IFAP, os seguintes documentos:

- contrato entre uma instituição de crédito e o beneficiário;
- manifesto de produção subericola;
- outros contratos de apoio ao abrigos dos auxílios de minimis;
- declarações de situação contributiva regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

As Instituições de Crédito que fizeram protocolo com o IFAP são as seguintes:

- Caixa de Crédito Central;
- Banco Espírito Santo (BES);
- Banco Comercial Português (BCP).

A data de contratação terminou a 31 de Julho, o que na prática inviabilizou a utilização deste mecanismo na campanha de 2009.







# DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

AS FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (FGC), CONSTITUEM UMA REDE DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS A TRÊS NÍVEIS.

As Faixas de Gestão de Combustível (FGC) são faixas de largura variável, instaladas com o objectivo de criar uma descontinuidade de combustíveis. Constituem uma rede de defesa da floresta contra incêndios a três níveis:

**REDE PRIMÁRIA:** É de interesse regional e terá uma largura não inferior a 125 m e área entre 500 a 10000 ha. Está definida nos Planos Distritais de Defesa da Floresta Contra Incêndios e obrigatoriamente integrada nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

**REDE SECUNDÁRIA:** É de interesse municipal e local e localiza-se junto a potenciais focos de incêndio e a áreas a proteger. Está definida nos PMDFCI, e inclui a Rede eléctrica de média tensão ou superior, a rede viária e ferroviária, os perímetros urbanos e as edificações.

**REDE TERCIÁRIA:** É de interesse local e está definida nos Planos de Gestão Florestal (PGF). Inclui os aceiros perimetrais e outros que existam no limite ou dentro das áreas florestais.

O estabelecimento desta rede traduz-se em diversos direitos e obrigações para os proprietários florestais, nomeadamente ao nível da Rede Primária e da Rede Secundária.

## DIREITOS DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS NA REDE PRIMÁRIA

As FGC que integrem a Rede Primária de DFCI, pela sua importância regional devem ser declaradas de utilidade pública nos termos e para os efeitos previstos no Código das Expropriações. Até à data, ainda não se encontra definida esta rede para o concelho de Coruche.

## DIREITOS DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS NA REDE SECUNDÁRIA

As entidades concessionárias destas infra-estruturas estão obrigadas a:

### Linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica (REN):

- Muito alta tensão e alta tensão: limpeza de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados;
- Média tensão: limpeza de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados.

### Rede Viária (IEP, Brisa, Autarquias)

- Gestão de combustível de uma faixa confinante com a rede viária, de largura não inferior a 10m;

### Rede Ferroviária (REFER)

- Gestão de combustível de uma faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10 m contada a partir dos carris externos.

## OBRIGAÇÕES DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS NA REDE SECUNDÁRIA

- Realizar a gestão do combustível numa faixa de 50 m em redor de edificações (habitações, estaleiros, armazéns e oficinas), de acordo com os seguintes critérios:

- Distância mínima de 5 m entre as árvores e as edificações;
- Distância mínima de 4 m entre a copa das árvores na FGC;
- Árvores com menos de 8 m de altura: desramação até 50% da altura;
- Árvores com mais de 8 m de altura: desramação pelo menos até 4 m de altura;
- Ausência de continuidade horizontal da vegetação entre as edificações e o limite exterior da FGC;



- Evitar a continuidade vertical entre os diversos estratos presentes;
- Não acumular quaisquer substâncias combustíveis como lenha, madeira, sobrantes de exploração agrícola ou florestal, ou outras altamente inflamáveis na FGC;
- Sempre que possível, deverá ser criada uma zona pavimentada de 1 a 2 m de largura circundando as edificações.
- Realizar a gestão do combustível numa faixa de largura nunca inferior a 100 m junto aos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais (caso esteja previamente definido no PMDFCI);
- Facultar os acessos às entidades responsáveis pelos trabalhos de gestão de combustível.

## REDE TERCIÁRIA

As Faixas de Gestão de Combustível pertencentes à rede terciária, onde se inserem os aceiros perimetrais, são de carácter facultativo, mas recomendáveis, junto à rede viária florestal, eléctrica e no parcelamento das unidades locais de gestão florestal.

Todas as faixas de gestão de combustível devem ser abertas e anualmente mantidas até 15 de Abril de cada ano.

## OBRIGAÇÕES GERAIS

São ainda a ter em conta as seguintes regras para prevenção de fogos florestais:

Operação	Dentro do período crítico De 1 de Julho a 15 de Outubro (definido em Portaria nº678/2009 de 23 de Junho)	Fora do período crítico
Trabalho com tractores e outras máquinas de combustão	Permitido desde que as máquinas estejam equipadas com: <ul style="list-style-type: none"><li>• Dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés</li><li>• Extintor</li></ul>	Permitido sem restrições
Realização de queimadas (para renovação de pastagens e eliminação de restolho)	Proibido	Permitido desde que o risco de incêndio seja inferior ao nível elevado (3). Carece de licenciamento da Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, e tem de ser executada sob orientação de um técnico credenciado.
Empilhamento de produtos resultantes de corte ou extracção	Permitido desde que seja salvaguardada uma área sem vegetação com 10 m em redor	Permitido sem restrições
Queimar matos cortados e amontoados ou qualquer tipo de sobrantes de exploração	Proibido	Proibido sempre que o risco de incêndio seja igual ou superior ao nível muito elevado (4).
Realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confecção de alimentos Fumar ou fazer lume	Proibido	Proibido sempre que o risco de incêndio seja igual ou superior ao nível muito elevado (4).

Em caso de incêndio contacte

# 117

## 934 306 133

(coordenador da APFC)

O risco de incêndio pode ser consultado diariamente em [www.meteo.pt](http://www.meteo.pt).

Relembramos que o Plano Operacional de Prevenção (POP) da APFC encontra-se em funcionamento de 15 de Junho a 18 de Setembro de 2009.

## PLANO OPERACIONAL DE PREVENÇÃO

N.º Alerta	117
CDOS – Santarém	249 320 000
Bombeiros Coruche	243 610 260
Coordenador APFC	934 306 133
Rádio APFC	1.91 ou 1.90
Eng.º António Ravasco Autoridade florestal nacional (coordenador de prevenção estrutural do distrito Santarém)	962 001 650







## RESUMO DOS PROJECTOS REALIZADOS – PRODER – MEDIDAS FLORESTAIS

Após dois anos de espera pelo novo quadro comunitário de apoio (QCA), e ultrapassado o 1º concurso para apresentação dos pedidos de apoio que se realizaram nas datas abaixo, a APFC realizou vários projectos florestais.

Ação	Período de candidatura
1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos	10 de Novembro de 2008 a 27 Fevereiro de 2009
2.3.2 – Ordenamento e Recuperação de Povoamentos	2 de Dezembro de 2008 a 31 de Março de 2009
2.3.3 – Protecção Contra Agentes Bióticos Nocivos	24 de Novembro de 2008 a 31 de Janeiro de 2009

A APFC foi a entidade consultora responsável pela elaboração dos pedidos de apoio às várias acções acima descritas realizando no total 28 candidaturas às acções 1.3.1 e 2.3.2 correspondendo a uma área futura de intervenção de 3501,79 ha, tal como se pode verificar no quadro abaixo:

Ação	N.º de Candidaturas	Área de Intervenção (ha)	Investimento Total (€)	Apoio solicitado (€)
1.3.1	19	3.133,96	1.469.320,46	772.266,44
2.3.2	9	367,83	424.111,15	243.852,33
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>3.501,79</b>	<b>1.893.431,61</b>	<b>1.016.118,57</b>

1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos (beneficiação de povoamentos)

2.3.2 – Ordenamento e Recuperação de Povoamentos (arborização de espaços florestais e de terras agrícolas)

Para a maioria destas candidaturas foi necessário a elaboração de um Plano de Gestão Florestal (PGF) pela APFC, uma vez que não é possível submeter os pedidos de apoio sem a entrega prévia do PGF para aprovação na Autoridade Florestal Nacional.

Em termos de acções propostas, podemos referir que o principal povoamento a beneficiar será o montado de sobro, seguido dos povoamentos de pinheiro manso e bravo instalados ao abrigo de anteriores medidas comunitárias. Também foram propostas a reconversão de 27,92 ha de eucalipto, a arborização de 185,97 ha de sobreiro, 129,30 ha de azinheira, 6,57 ha de pinheiro manso e 45,99 ha de povoamentos mistos de sobreiro e pinheiro manso.

À acção 2.3.3 – Protecção contra agentes bióticos nocivos, foi apresentada uma candidatura cujo proponente é a APFC, para realizar entre Outubro de 2009 e Março de 2010 a Prospeção e Erradicação de pinheiros com sintomas de Nemátodo da Madeira do Pinheiro na área Associada da APFC incluída no mapa.

A análise e decisão dos pedidos de apoio é da responsabilidade das Direcções Regionais de Agricultura que emitem parecer sobre os mesmos, no prazo máximo de 60 dias úteis a contar do termo de apresentação dos pedidos de apoio, sendo posteriormente remetidos à Autoridade de Gestão. Esta avalia a uniformidade de aplicação dos critérios de selecção e submete à decisão do gestor do PRODER a aprovação dos mesmos. A decisão por parte do Gestor do PRODER deve ser comunicada aos candidatos no prazo máximo de 35 dias úteis.

Na prática só os produtores florestais é que cumpriram com as suas obrigações, uma vez que submeteram as candidaturas nos devidos períodos. Até à presente data não houve qualquer decisão de aprovação das candidaturas por parte do PRODER. Será que 60 mais 35 não soma 95 dias úteis? Como é que vamos fazer com os pedidos de apoio que venham a obter parecer favorável e que não sejam aprovados por insuficiência orçamental, que transitariam automaticamente para o concurso subsequente, que entretanto já abriu! Vamos aguardar até quando? Possivelmente até depois das férias. **MRT**



## DIVULGAÇÃO

### ACÇÕES DE FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

PARTICIPAMOS COMO ORADORES NAS SEGUINTE ACÇÕES,

TEMA	ORGANIZAÇÃO
Semana da Floresta – Escola EB 2/3 de Benavente	Protec. Civil do Concelho de Benavente
Seminário sobre Certificação Florestal	AFLOPS
Curso de Enxertia de Pinheiro Manso	AFLOBEI
Riscos e Sistemas Florestais em Portugal	Centro de Estudos Sociais da Univ. de Coimbra

PARTICIPAMOS NAS SEGUINTE REUNIÕES / WORKSHOPS,

TEMA	ORGANIZAÇÃO
CarbWoodCork- Simulação do efeito de diferentes estratégias de gestão e de alterações climáticas na produção de madeira/cortiça e no sequestro de carbono para as principais espécies da floresta portuguesa.	ISA - Departamento Engenharia Florestal
Medidas Florestais – PRODER	PRODER /UNAC
I Jornada Ibérica da Pinha e do Pinhão – Alcácer do Sal	ANSUB
Seminário “Saca Selectiva”	Instituto C.M.C – IPROCOR – Mérida
Seminário da FILDA - 2ª Conf. Intern. do Montado de Sobro	FILDA
Integração da Câmara Económica na Revisão Internacional dos Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council	FSC Portugal
Monitorização e Planos de Gestão para a Conservação da Biodiversidade	SATIVA
Painéis científicos no âmbito da FICOR	Câmara Municipal Coruche – FICOR
Cork Matters – O potencial da cortiça. FICOR	APFC
Aula prática sobre projectos florestais: finalistas de Eng. Florestal do ISA	Instituto Superior de Agronomia/APFC

RECEBEMOS AS SEGUINTE VISITAS,

NOME/ENTIDADE	ORIGEM	TEMA
Escola Profissional de Torres Vedras	Portugal	Excursão
Associação florestal da República Checa, Excursão ao montado	República Checa	Visita ao Montado
Daryl Hannah, Actriz	EUA	Prevenção de fogos florestais, POP da APFC
Mr. Norbert Weber, Presidente da Associação Alemã de Produtores de Vinho (Deutscher Weinbauverband e.V.) e Mr. Klaus Rückrich, responsável pela investigação, produção de vinho e mercados	Alemanha	Visita ao montado de sobro organizada pela APCOR
Missão Comercial da Rede Ibérica de Comércio Florestal	Portugal	Visita a montado de sobro organizada pelo WWF – World Wide Fund for Nature
Mark Beighley, perito em fogos florestais	EUA	Prevenção de fogos florestais, POP da APFC
Doug Going, Fotógrafo Americano	EUA	Visita a Portugal em reportagem
Excursão organizada pelo Eco-museu Municipal do Seixal	Portugal	Visita ao montado

FOMOS NOTÍCIA,

MEIO DE COMUNICAÇÃO	TEMA
Antena 1 – Programa Portugal em Directo	FICOR
RTP 2 – Programa Biosfera de 22/07/09	O Estado da Floresta Portuguesa
RTP 1 – Programa Portugal em Directo de 25/05/2009	Visita ao montado de sobro disponível em: <a href="http://www.rtp.pt/multimedia/">http://www.rtp.pt/multimedia/</a>
Jornal o Ribatejo	Entrevista
TSF – Programa Terra a Terra	O Sobreiro
Jornal de Coruche	Entrevista ao Presid. da APFC, Dr. José Miguel Azevedo Coutinho



## PREÇOS DE PRODUTOS FLORESTAIS

### PRODUTOS NÃO LENHOSOS

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços à porta da Fábrica (Fardos)	Rolhável	3,83 € / Kg	Preços do mercado inter-industrial do 2.º trimestre/2009.
	Delgada	1,19 € / Kg	
	6 <sup>as</sup> para granular	1,00 € / Kg	
	Refugo	0,40 € / Kg	

CORTIÇA	TIPO	PREÇO	BARÓMETRO
Preços no Mato (Pilha)	Boas	28-33 € / @	Procura direccionada para as cortiças boas. Dificuldade de escoamento das cortiças fracas e delgadas. Extração na campanha entre 3,5 e 4 milhões @.
	Médias	23-28 € / @	
	Fracas	15-20 € / @	
	Delgadas	18-23 € / @	

Prémio à cortiça certificada + 0,50 €/ @

PINHA	PREÇO	BARÓMETRO
Pinha Colhida	0,5-0,6 € / Kg	A campanha 2008/2009 decorreu abaixo do valor esperado. Dificuldade de antevisão da próxima campanha.

### MADEIRAS E LENHAS

MADEIRA DE EUCALIPTO	PREÇO	PREÇO	BARÓMETRO
Em pé	23 - 25 €/m <sup>3</sup>	21 - 23 €/ton	Indústria ainda a consumir os stocks de 2008. Melhoria da competitividade da madeira nacional.
À porta da fábrica (Setúbal)	Com casca	41 €/m <sup>3</sup>	
	Sem casca	50 €/m <sup>3</sup>	
Para Estilha (Santana do Mato)	-	Sem cotação	

Prémio à madeira de eucalipto certificada + 4 €/m<sup>3</sup>

MADEIRA DE PINHEIRO BRAVO	PREÇO FÁBRICA	PREÇO EM PÉ	BARÓMETRO
Estilha (diâmetro 4 a 14 cm)	20 - 23 €/ton	7,5 - 10 €/ton	Aumento da procura da madeira de estilha. Alguns sinais positivos do mercado da madeira de rolaria. Boa procura da madeira de postes.
Rolaria (diâmetro >14 cm)	40 €/ton	20 - 30 €/ton	
Postes para tratar (>5m)	70 €/ton	45 - 50 €/ton	
Varas para tratar (<5m)	60 €/ton	25 - 30 €/ton	

LENHAS		PREÇO
Sobreiro	Em pé	20 €/ton
	Sem falca	30 €/ton
Pinheiro Manso	Em parque	20 - 23 €/ton
	Em pé /no campo	7,5 - 10 €/ton

